

# Governo tem pacote de cortes

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA — Os funcionários públicos federais serão o alvo principal das medidas que o governo pretende implementar após as eleições municipais. A idéia original era reduzir em 5%, ainda este ano, as despesas previstas de R\$ 41,7 bilhões com o pagamento dos servidores públicos. O pacote com os cortes de gastos, no entanto, ficou engavetado no Palácio do Planalto. Motivo: as medidas, que representam uma economia de cerca R\$ 2 bilhões, são impopulares e poderiam acabar prejudicando o desempenho dos candidatos do Palácio do Planalto nas eleições de 3 de outubro próximo.

Uma das providências para conter o gasto é o Plano de Demissão Voluntária (PDV). Com esse proje-

to, o governo espera que 40 mil funcionários — cerca de 7% do total de 560 mil servidores — se desliguem do serviço público. Haverá, é claro, estímulos para a demissão, com o pagamento de indenização especial. No início, portanto, a despesa aumentará. O PDV não será de alcance geral: o objetivo é reduzir o número de servidores lotados em funções burocráticas, as chamadas atividades-meio da máquina administrativa.

Por isso, os integrantes das carreiras de estado — fiscais, auditores, policiais federais e procuradores — não poderão aderir ao plano. O governo espera economizar R\$ 70 milhões ao mês com a implantação do plano. Mas antes, pretende fazer uma redistribuição de funcionários que estão trabalhando em

setores com excesso de pessoal para áreas carentes no serviço público. A redistribuição ainda não começou a ser feita porque a lei proíbe que o governo demita, contrate e transfira servidores nos 90 dias que antecedem as eleições.

No pacote de contenção de gastos, o governo também propõe a diminuição da jornada de trabalho dos servidores para quatro horas diárias com uma redução de 40% do salário. Hoje, os funcionários têm jornada de seis ou oito horas diárias. O governo estima que 170 mil servidores irão optar pela redução da jornada, o que irá gerar economia de R\$ 1 bilhão ao ano na folha de pagamento. Também está previsto o fim das acumulações das gratificações, implicando uma redução de gastos de R\$ 30 milhões por mês na folha de pagamento.